
A disputa de narrativa acerca do caso de aborto infantil induzido na cidade do Recife em agosto de 2020¹

Laianna Maiara Januário ALVES²

Diogo LOPES³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Este trabalho analisa o episódio de aborto da menina K., de 10 anos, realizado na cidade do Recife, em agosto de 2020. Este caso conteve componentes presentes em vários debates na sociedade, entre eles: o direito reprodutivo e à privacidade e o impacto nas redes sociais e os desdobramentos sócio-políticos decorrentes do debate travado no ciberespaço. Este artigo tem por objetivo geral construir uma análise de conteúdo entre os perfis de Instagram @direitaoficial e @sejamosresistência, entender qual a mensagem passada nestas defesas opostas acerca do aborto legal em caso de estupro, produzidas nos usuários mencionados em agosto de 2020 e compreender se o conteúdo construído politiza ou despolitiza.

Palavras-chave: Ciberativismo; aborto legal; politização; despolitização.

Introdução

Em agosto de 2020, um caso de aborto tomou grande repercussão nacional. Tratou-se de um procedimento legal, uma vez que a mãe se tratava de uma criança de apenas dez anos, vítima de estupro de vulnerável⁴ praticado pelo tio desde o seis. O aborto em caso de estupro é garantido na constituição brasileira desde 1940 e a divulgação de dados de menores de idade é vedada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda assim, informações pessoais sobre a criança foram publicadas nos sites de redes sociais e o acesso a seu direito reprodutivo foi negado em dois hospitais.

Neste contexto, uma grande mobilização de diferentes defesas sobre o caso de aborto se alastrou no país, fossem elas constitucionais ou não. De um lado, havia manifestantes contra a realização do aborto. Do outro, houve pessoas lutando pelo direito reprodutivo da mãe. Em ambos, boa parte das mobilizações e da repercussão do caso se deram na internet.

¹ Trabalho apresentado no GP Tecnologias e Culturas Digitais, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pelo PPGC-UFPB: laiannamaiara@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Mestrado em Comunicação do PPGC-UFPB, e-mail: diogo.lopes@professor.ufcg.edu.br

⁴ Conforme o artigo 217-A do Código Penal, o estupro de vulnerável consiste em todo e qualquer ato libidinoso com menor de 14 anos ou com pessoas que não tem o necessário discernimento para a prática do ato, seja por deficiência física ou mental, ou que não possa oferecer resistência.

Esta mobilização e divulgação do caso na internet é compreendida aqui como ativismo digital ou ciberativismo. Este movimento objetiva trocar informações e articular movimentos entre pessoas e organizações do mesmo campo de atuação, a fim de promoverem pressões mais amplas, seja no governo ou na sociedade civil.

Com efeito, o presente artigo tem por objetivo geral construir uma análise de conteúdo entre dois perfis de Instagram, plataforma escolhida por ser, no Brasil, uma ferramenta de informação (Digital News Report 2020⁵), buscando responder - por meio das contas @direitaoficial e @sejamosresistência - o problema de pesquisa: qual a mensagem passada nestas defesas opostas acerca do aborto legal em caso de estupro, produzidas nos perfis mencionados em agosto de 2020? Como objetivos específicos, pretende-se construir um comparativo de categorias analíticas escolhidas pela análise de conteúdo entre todas as catorze publicações do @direitaoficial sobre aborto e as catorze mais comentadas do perfil @seremosresistencia no mesmo período de agosto de 2020 e compreender se o conteúdo construído politiza ou despolitiza.

Referencial teórico

Dentro do ciberespaço, pessoas e organizações firmam suas redes sociais com aqueles que compartilham valores e interesses em comum. É então também, na rede social que o usuário expressa sua individualidade (SOUZA, 2008) e se relaciona. Nessa perspectiva, a cultura e o espaço centram foco nas interações e não no território (RECUERO, 2009, p. 164), o que permite várias possibilidades de transformações, interações e de acesso a conhecimentos.

O uso ciberativista da rede tem colaborado na produção de repertórios de experiências individuais e coletivas que já se construíam em projetos midiáticos geridos pelos movimentos sociais (COGO e BRIGNOL, 2010, p.78). De acordo com Lima (2011, p. 77), a internet possui “enorme potencial democratizador da inclusão digital que rompe com a natureza unidirecional da mídia tradicional e possibilita maior pluralidade e diversidade de informações e opiniões” e transformaram a ação comunicacional ao

⁵ Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf>. Acesso em 12 mai 2022.

permitir que os sujeitos produzam e divulguem seus próprios conteúdos de forma cada vez mais interativa e participativa (JENKINS, 2008).

Há resistência. Individual e coletiva. Toda forma de poder e controle causa resistência e "contra-poder" como afirma Castells. Contudo, para a quebra do ciclo de poder hegemônico, o pensador espanhol (2017, p. 190) defende que haja não somente uma força de contrapoder, mas uma rede delas, que se unem pelo ato da comunicação e são, essencialmente, motivadas do mesmo modo que todo comportamento humano.

Figura 1: Gráfico da teoria de Castells



Fonte: Autoral

Na figura acima estão esquematizados os sentimentos e ações humanas motivadoras (nas setas) e suas implicações (em novas caixinhas), acarretando em um ciclo de comportamentos e conseqüências para a efetivação de um contrapoder em rede e uma consequente mudança social.

A indignação de uma percepção de ação injusta gera raiva, mas sobretudo, gera medo. O medo é a primeira forte sensação humana apontada por Manuel Castells (2017) como integrante no surgimento de movimentos ciberativistas. Esse sentimento paralisante em que os poderes se sustentam por intimidação ou desestímulo acaba causando ansiedade, associada à evitação de perigo. É na superação desse medo que a empatia se fortalece e se torna elemento chave para a mudança. Para tanto, o autor explica que as etapas para a superação ultrapassam a ideia de uma sensação monolítica. Apenas o comportamento de compartilhar os mesmos medos por meio de uma ação comunicativa é capaz de desencadear uma identificação, formação de coletivo e mais raiva pela indignação compartilhada. No caso da menina K., foi somente com a divulgação e o chamado coletivo que os grupos contrários e favoráveis ao procedimento de aborto souberam do caso e puderam reivindicar presencialmente.

Contudo, trazendo o conceito de politização e despolitização trabalhado pela pesquisadora Fernandes (2017), discutir temas sociais e políticos em qualquer ambiente, não necessariamente é politização com reflexão na raiz dos problemas que estão sendo levantados.

Politizar significa, no sentido mais amplo, criar consciência da arena política e seus conceitos (por exemplo, classe, opressão, exploração, antagonismo,

conflito social, etc.), que é a capacidade técnica de todos os campos ideológicos. [...] Considerando que existem intelectuais e pessoas politizadas na esquerda e na direita, os intelectuais e organizações de direita "politizam" as multidões com despolitização. Isso é feito para reafirmar a hegemonia, o *status quo* (FERNANDES, 2017, p. 4 e 5 - tradução da autora).

Ou seja, para a autora, as diferenças ideológicas acabam sendo determinantes se algo politiza ou despolitiza. Isso porque o conservadorismo visa ao mantimento do *status quo* das pessoas, enquanto objeto, e não como sujeito político da realidade em que vive, logo cabível de transformar sua realidade social. Já os pensamentos progressistas diferem, pois, em teoria, defendem diretamente o avanço da conjuntura alinhando ideias e práticas. Mas Fernandes alerta que, embora as manifestações desorganizadas da esquerda possam impactar de alguma forma o *status quo* ao pressionar por mais pluralidade e acessos sociais, por si só, estes atos não constroem a vontade coletiva necessária para causar uma ruptura na totalidade (FERNANDES, 2017, p. 53).

No caso do contexto do Brasil, poderia se supor que, desde as Jornadas de Junho de 2013⁶, os brasileiros estariam mais politizados já que há maior debate e interesse sobre as representatividades e sobre a conjuntura política do país. Contudo, mesmo que o interesse seja uma pré-condição importante, só ele é insuficiente. Até porque a pós-política oferece um espaço para o interesse e debate político, mas que além de não se engajar em uma profunda politização, ainda se opõe ativamente a ela. (FERNANDES, 2017, p. 154).

Na prática, a discussão da pós-política é atribuída a uma suposta imparcialidade (nem direita, nem esquerda) e que deveria se ater aos tecnocratas e especialistas esclarecidos, se disfarçando, assim, como pós-ideológica, neutra, técnica e ética (ŽIŽEK, 1999). Apesar de tais disfarces, praticamente positivistas, já serem superados na academia, eles ainda não foram no senso comum nem, portanto, nos sites de redes sociais.

Para perpetuação dos valores tecnocratas, essa sociedade termina por precisar de algum nível de promoção de saber. Apoiado em Goldmann, Coelho (1988, p. 105) aponta que "por maior que seja o número dos diplomados analfabetos. Essa sociedade [...] tem brechas, e essas brechas têm de ser aproveitadas". Assim, o resultado positivo do processo comunicacional e, aqui, do ciberativismo, não está na quantidade ou natureza das

⁶ Série de manifestações que ocorreram em Junho de 2013 em dezenas de cidades brasileiras. Essas mobilizações se iniciaram com um protesto estudantil, em resposta a um brusco aumento de vinte centavos na tarifa das passagens de ônibus. Entretanto, logo elas se espalharam com a chamada "não é só R\$0,20, é por direitos", gerando, posteriormente, uma multiplicidade de pautas.

mensagens, mas sim "na estrutura mental e psíquica dos envolvidos receptores dessas informações". Ou seja, seguindo este raciocínio a comunicação ciberativista pode ser construída em brechas da sociedade tecnocrática, mas apenas será um processo de comunicação completo e realmente ativista, caso ocorra interpretação e politização dos receptores. Trazendo o ciberativismo acerca do aborto legal no Brasil como exemplo: somente será uma comunicação ativista se criar consciência da arena política sobre o tema, embasada no debate que já foi travado ao longo da história do país.

Metodologia

A metodologia deste trabalho iniciou através de uma pesquisa exploratória no Instagram por meio de *hashtags* e procura ativa entre os perfis políticos que produziram conteúdo sobre este caso mencionado. Após a busca, percebeu-se que os usuários @direitaoficial e @sejamosresistência foram os perfis que mais abordaram o aborto da menina K. no mês em que ele ocorreu. O primeiro perfil defendeu, em catorze publicações, a manutenção da gravidez. Ao passo que o segundo apoiou, em 43 postagens, o direito de escolha da criança.

A análise do aborto da menina K. é considerada um estudo de caso, pois observa situações concretas em suas particularidades. Martino (2018) afirma que o estudo de caso é exemplar no sentido de ser representativo da situação que se busca analisar, e não um mero exemplo. Pelas características particulares do caso é possível compreender o que acontece em outros.

A pesquisa qualitativa foi a abordagem mais indicada considerando os objetivos de construção de uma análise do conteúdo ciberativista e como ele foi gerado e abordado. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada nas Ciências Humanas e Sociais. De acordo com Santos (2012), a análise de conteúdo "não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação". Essa técnica, conforme Bardin, se divide em três etapas básicas: a etapa de organização de tudo o que será analisado, a de codificação e, por fim, a etapa de categorização.

Segundo Martino (2018, p. 221), "a primeira atividade da análise de conteúdo é olhar para o conteúdo tentando ver se alguma organização já aparece". Assim, a partir de uma primeira análise do material, foi escolhido se debruçar sobre todas as 14 publicações

que versassem sobre o tema de aborto no perfil de Instagram “@direitaoficial”. Para análise das postagens do perfil “@seremosresistencia” foram escolhidas as 14 com mais comentários de um total de 43 publicações que faziam referência ao aborto da menina K.. A análise foi delimitada ao período de agosto de 2020 por conta da grande repercussão midiática, no qual o tema foi debatido nacionalmente e teve por objetivo inferir qual a mensagem das postagens.

Para este estudo foram eleitas 19 palavras que se repetiam ao longo das publicações e categorizadas para compreensão da análise simbólica. As palavras *estupro*, *pedofilia*, *violência* e *abuso* foram unificadas na categoria “o crime”; *estuprador*, *abusador*, *pedófilo* e *tio* compuseram a categoria “o agressor”; já as palavras *criança*, *menina*, *estuprada* e *violentada* uniram-se na categoria “a vítima”; *grávida*, *mãe/maternidade*, *bebê* e *vida*, por sua vez, foram as palavras-chave da categoria “a gestação”; por fim, *aborto*, *morte* e *assassinato* compuseram a última categoria denominada “o procedimento”. Foram consideradas também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras.

A análise dos posts

Os dados para essa análise foram coletados em 3 de setembro de 2021. Nesta data, o perfil @direitaoficial contava com 6.755 publicações, 82,2 mil seguidores e seguia apenas 139 usuários. A descrição do perfil dizia “conteúdo atualizado sobre os principais acontecimentos políticos no Brasil e no mundo. Parcerias: contato por DM [sigla para Direct Message]. BRASIL!”.

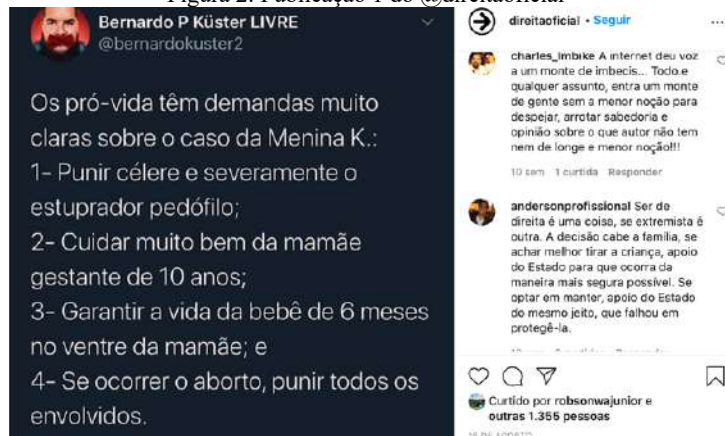
Já o perfil @seremosresistencia, por sua vez, contava com um pouco menos de publicações: 6.010 postagens. Em contrapartida, possuía um número muito maior de seguidores e de contas que estava seguindo, respectivamente, 401 mil seguidores e seguindo 610. A descrição da conta trazia “Se fere a nossa existência. Seremos Resistência! Publicidade: denilsoncadette@gmail.com”.

De setembro de 2021 a junho de 2022, o perfil @seremosresistencia cresceu, contando com 7.363 publicações, 501 mil seguidores e seguindo 779 outros usuários. O perfil @direitaoficial, por sua vez, foi desativado.

Como defendem Bardin (2016) e Santos (2012), o sistema de categorização para a análise foi construído na exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade. Assim, foi se esgotando todo o assunto, com amostras que representam

o universo, de acordo com a mesma temática, com cada elemento em sua categoria que a análise de conteúdo pode ser executada – do crime de estupro ao procedimento de abortamento, passando também pela disputa de narrativa sobre o agressor, a vítima e a gestação. Abaixo, são apresentadas algumas das 28 publicações analisadas a fim de representar o universo que teve por objetivo inferir qual a mensagem das postagens.

Figura 2: Publicação 1 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 3: Publicação 2 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 4: Publicação 1 do @seremosresistencia



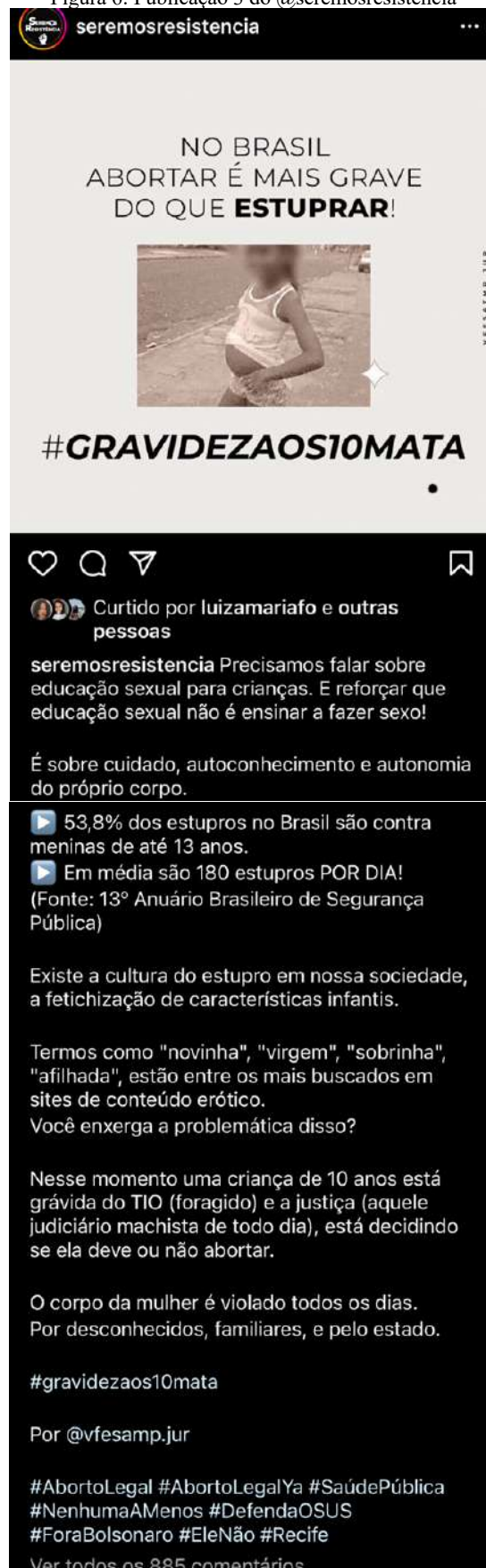
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 5: Publicação 2 do @seremosresistencia




Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 6: Publicação 3 do @seremosresistencia



seremosresistencia

NO BRASIL
ABORTAR É MAIS GRAVE
DO QUE **ESTUPRAR!**



#**GRAVIDEZAOS10MATA**

Curtido por **luizamariafo** e outras pessoas

seremosresistencia Precisamos falar sobre educação sexual para crianças. E reforçar que educação sexual não é ensinar a fazer sexo!

É sobre cuidado, autoconhecimento e autonomia do próprio corpo.

- ▶ 53,8% dos estupros no Brasil são contra meninas de até 13 anos.
- ▶ Em média são 180 estupros POR DIA! (Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública)

Existe a cultura do estupro em nossa sociedade, a fetichização de características infantis.

Termos como "novinha", "virgem", "sobrinha", "afilhada", estão entre os mais buscados em sites de conteúdo erótico.

Você enxerga a problemática disso?

Nesse momento uma criança de 10 anos está grávida do TIO (foragido) e a justiça (aquele judiciário machista de todo dia), está decidindo se ela deve ou não abortar.

O corpo da mulher é violado todos os dias. Por desconhecidos, familiares, e pelo estado.

#gravidezaos10mata

Por @vfesamp.jur

#AbortoLegal #AbortoLegalYa #SaúdePública #NenhumaAMenos #DefendaOSUS #ForaBolsonaro #EleNão #Recife

Ver todos os 885 comentários

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Por essas figuras apresentadas acima, nota-se que o @seremosresistencia utiliza recursos diferentes em relação ao @direitaoficial, como a publicação de fotos em carrosséis e de vídeo, além do uso de legenda e *hashtags*. Assim, mesmo que de forma superficial, uma opinião é adicionada, reforçando a mensagem do emissor no processo comunicacional. Ademais, também há legendas mais longas, com textos informativos sobre o caso e sua relação com o cenário social em que está inserido, instigando uma maior reflexão do receptor da mensagem, e não apenas uma informação que é passada e não apreendida como tantas outras. Por fim, com o uso das *hashtags* não somente o público que segue ou busca pelo perfil @seremosresistencia pode alcançar tal postagem, como também quem procura por essa ferramenta de aglutinação de conteúdo nos sites de redes sociais. Desse modo, a conta de esquerda @seremosresistencia aproveita a ação ciberativista de compartilhamento de notícia e textos informativos para que, por meio da *hashtag*, possa chegar a mais pessoas.

Quanto ao conteúdo em si, pela contabilização das unidades de registro e de contexto, exemplificadas nas três publicações do @direitaoficial, revela uma tendência deste perfil em se abordar mais sobre o procedimento, seguido da gestação, da vítima, para, então, se mencionar o agressor e, efetivamente, o crime de estupro cometido. O aborto parece incomodar mais do que a violência contra uma menina (ou uma mulher). Já nas publicações do @seremosresistencia existe a compreensão sobre o estupro como uma cultura presente na sociedade brasileira e sobre o aborto – especificamente o já regulamentado no Brasil – como uma prática segura e necessária. O conteúdo ciberativista da página de esquerda também enxerga as pessoas como sujeitos capazes de fazer a diferença ao pressionar figuras políticas públicas e se organizar para pressões mais amplas no espaço público.

Figura 7: Gráficos em barras comparativos, com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @seremosresistencia

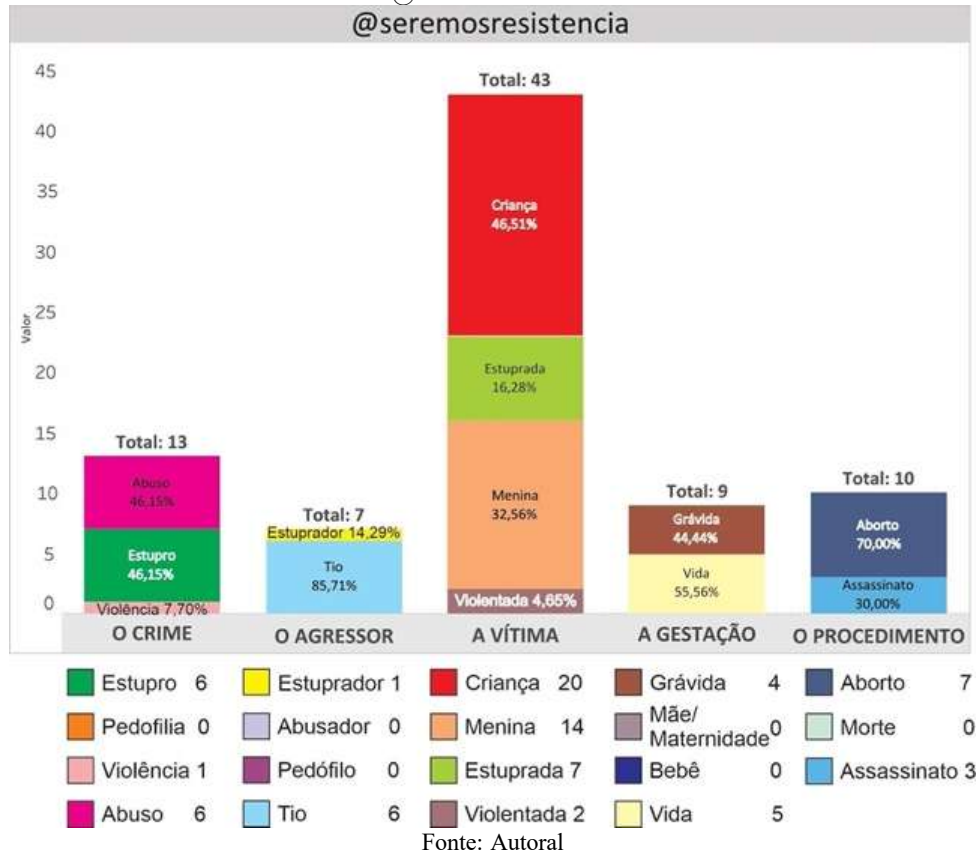
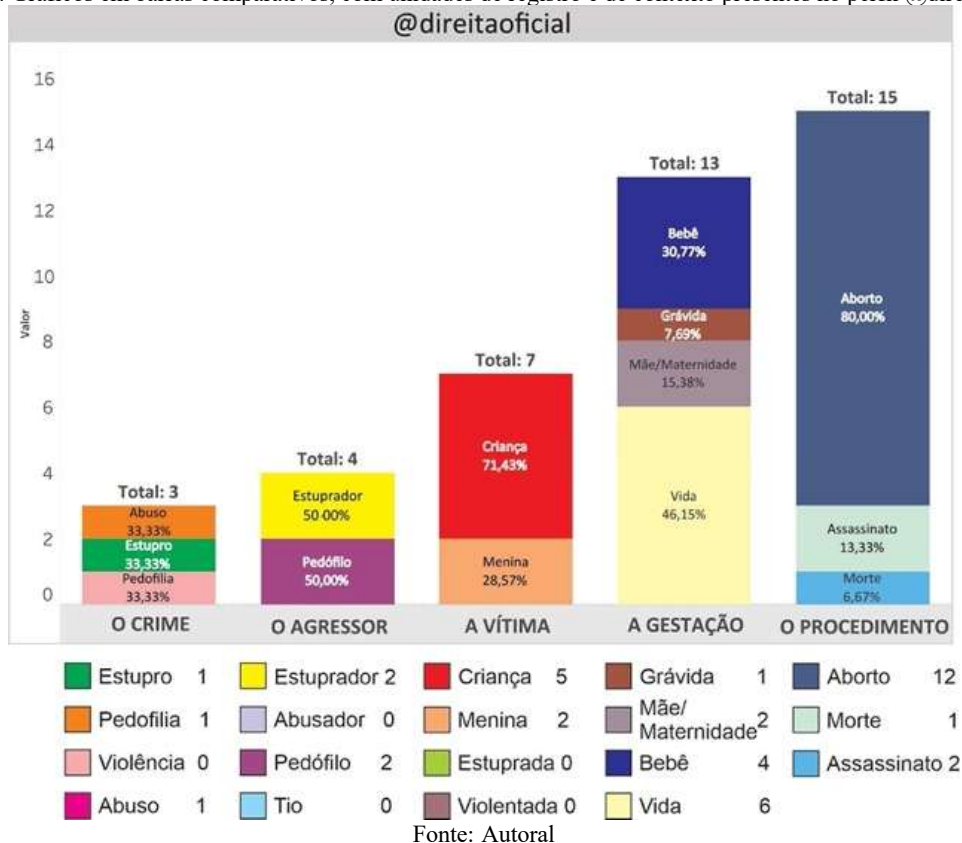


Figura 8: Gráficos em barras comparativas, com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @direitaoficial



Pelo exposto, nota-se como há no perfil @seremosresistencia uma problematização maior do **crime** de estupro e, sobretudo, uma preocupação com a **vítima**, o que antecede o **procedimento** de abortamento em si. Ao falar sobre a **gestação**, o perfil de esquerda faz mais uso das unidades de registro "grávida/engravidar" e "vida", ainda com duas menções ao termo "pró-vida" que foram contabilizados, mesmo trazidos no contexto de crítica. O **agressor** é a última categoria mencionada, indicando uma atenção maior à cultura do estupro do que à ação individualizada de um violentador, que não é compreendido e retratado de maneira patológica, mas sim como "tio" - parentesco do agressor com a vítima - e "estuprador".

Já no perfil @direitaoficial é percebido um destaque na discussão do **procedimento** de abortamento e, com ela, falas sobre a **gestação**. Nesta segunda categoria, duas das seis vezes que a unidade de registro "vida" é mencionada, vem com o termo "pró-vida"; e a única vez que a unidade de registro "grávida" aparece é em um post de cunho progressista compartilhado como estratégia de denúncia. O conteúdo de fato conservador, tendia a falar mais sobre a gestação com palavras como "ventre" e "gestante", indicando certa dádiva ou, no mínimo, normalidade nesta gravidez. Isso também pode ser percebido pelo uso das unidades "bebê" e "mãe/maternidade" que não foram utilizadas no @seremosresistencia.

Em sequência, o perfil @direitaoficial aborda a **vítima**, mas nunca nomeando-a como tal. As unidades de registro "violentada" e "estuprada" desta categoria não têm nenhuma aparição, apenas "menina" e "criança". Ou seja, a menina K. de apenas 10 anos foi chamada mais por "mãe" e "grávida" do que por vítima "violentada" e "estuprada" por parte do conteúdo publicado no perfil conservador.

A seguir, são mencionadas falas sobre o **agressor** para então se falar sobre o **crime** de estupro. Destaca-se aqui o uso das unidades de registro "pedófilo" e "pedofilia", respectivamente em cada categoria anteriormente mencionada, indicando, além de uma responsabilização individual punitivista, uma patologização – e consequente despolitização – para um fenômeno social e estrutural, como a cultura do estupro.

Considerações

A situação vivenciada pela menina K. e suas particularidades se tornaram estudo de caso deste trabalho como um fenômeno exemplar e representativo de um todo. Em um

contexto histórico e social de apelo ao conservadorismo no Brasil, a prática do aborto em decorrência de estupro – que é garantido na Constituição Brasileira desde 1940 – passou a ser questionada. Além disso, a divulgação de dados de menores de idade – que é vedada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – tornou-se passível de quebra de sigilo em nome da manutenção do trabalho reprodutivo.

Neste cenário, diferentes defesas sobre o caso de aborto foram mobilizadas no ciberespaço e, posteriormente, no espaço urbano. O ciberativismo serviu como pano de fundo do referencial teórico. Sua eficiência foi compreendida estando ligada ao processo comunicacional de apreensão, interpretação e ação em decorrência da mensagem emitida, e não ao lado em que se propunha a defender nas pautas sociais. No caso deste estudo, se contra ou a favor da execução do procedimento de abortamento.

Entretanto, a capacidade de mudança social objetivada no ciberativismo só ocorre por meio de um movimento politizador, que necessita ser de esquerda, mas não somente. Essa obrigatoriedade do espectro político foi concluída ao compreender que os pensamentos progressistas defendem diretamente o avanço da conjuntura social, alinhando ideias e práticas. Ao passo que os pensamentos conservadores visam ao mantimento do *status quo* das pessoas, enquanto objeto e não como sujeito político da realidade em que vive. Dessa forma, o movimento (ciber)ativista conservador aborda questões políticas com despolitização, negando ou distorcendo a história, criando barreiras à consciência política e impossibilitando a ação de contrapoder dos atores sociais em relação ao poder ideológico e hegemônico dominante.

Ao construir a análise de conteúdo do @direitaoficial e @seremosresistencia com todas as 14 postagens sobre o caso da menina K. publicadas em agosto de 2020 pelo primeiro perfil conservador e as 14 mais comentadas, do mesmo assunto e período, do segundo perfil progressista, foi percebido tal processo de despolitização na mensagem do @direitaoficial.

Esta percepção se deu com a interpretação das unidades de contexto, a partir da contabilização de presença (ou ausência) de unidades de registro, que foram escolhidas após uma leitura flutuante do material e embasadas no contexto sócio-histórico. Ao todo, 19 palavras-chave (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras nas 28 postagens) foram agrupadas em cinco categorias: “estupro”, “pedofilia”, “violência” e “abuso” na unidade de contexto "o crime "; "estuprador", "abusador", "pedófilo" e "tio" em "o agressor"; "criança", "menina", "estuprada" e

"violentada" para a categoria "a vítima"; "grávida", "mãe/maternidade", "bebê" e "vida" em "a gestação" e, por fim, "aborto", "morte" e "assassinato" com foco em "o procedimento".

Com a contabilização, foi possível inferir que a mensagem emitida pelo @seremosresistencia é de preocupação com a vítima e, em sequência, com o crime e a cultura do estupro. Há uma contextualização maior do fenômeno social que o caso da menina K. representa e publicações mais completas, com legendas, *hashtag*, postagens educacionais e mais proporcionadoras de reflexão do receptor daquele conteúdo.

Entretanto, já o perfil @direitaoficial, se dedica mais a abordar sobre o procedimento, seguido da gestação, da vítima, para então se mencionar o agressor e o crime de estupro cometido. A mensagem passada pelo conteúdo conservador é a de que o aborto incomoda mais do que a violência de gênero contra meninas e mulheres. Desse modo, a culpa, quando não recai sobre a própria vítima, é personalizada diretamente ao agressor, em uma lógica punitivista e esvaziada de um problema social maior.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. 70 ed. 2016.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017.
- COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.
- COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane Dutra. **Redes sociais e os estudos de recepção na internet**. Matrizes, São Paulo, v. 4, n. 2, p.75-92, jan./jun. 2011.
- FERNANDES, Sabrina. **Crisis of Praxis: depoliticization and leftist fragmentation in brazil**. 2017. 389 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociology, Carleton University, Ottawa, 2017.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternet_recuero.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <file:///C:/Users/fisic/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/291-1411-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em 01 de junho de 2020.

SOUZA, Queila. **O Tempo das Redes**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Ticklish Subject: The Absent Centre of Political Ontology**. London: Verso, 1999. 409 p.